



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**

Rua Sorbone, 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260, São Carlos-SP - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

**TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO**

Processo nº: **1000317-10.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos**  
 Requerente: **DANIEL XAVIER - Advogado (a) Dr(a). Ivan Pinto de Campos Júnior – OAB nº 240.608**  
 Requerido: **DENISE RODRIGUES, CPF 246.453.488-92 - Advogado (a) Dr(a). Armando Bertini Júnior – OAB nº 87.567**

Aos 10 de junho de 2015, às 15:30h, na sala de audiências da Vara do Juizado Especial Cível, do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do **MM. Juiz de Direito Dr. Silvio Moura Sales**, comigo escrevente ao final nomeado, foi aberta a audiência de instrução e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Apregoadas, constatou-se o comparecimento das partes acima identificadas, bem como de seu(s) advogado(s). Presentes também a(s) testemunha(s) do autor, Sr. Cesário Benedito e a do réu, Sr. Fábio. Realizado também o depoimento pessoal da ré. Renovada a proposta de conciliação esta foi rejeitada pelas partes. Na sequência passou o MM. Juiz a tomar os depoimentos das testemunhas presentes, em termos em separado, e nos termos dos Provimentos de nºs. **866/2004** do Eg. Conselho Superior da Magistratura e **2304/2004** da Eg. Corregedoria Geral da Justiça, **foi(ram) gravado(s) em mídia (CD)** que será arquivado em cartório, em pasta própria, à disposição das partes. Certifico mais e finalmente, que a gravação do(s) depoimento(s) teve a ciência da(s) parte(s) e respectivo(a)(s) advogado(a)(s), o(a)(s) ficou/caram ciente(s) de que na hipótese de necessidade da “degravação” do(s) referido(s) depoimento(s), será incumbência da(s) parte(s). A seguir, pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença: Vistos. Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença, **D E C I D O**. Trata-se de ação que tem origem em acidente de trânsito. Sustentou o autor que na ocasião em apreço conduzia uma motocicleta por via pública local e que foi surpreendido por manobra inesperada da autora, a qual dirigia um automóvel, por ter derivado à esquerda sem qualquer cautela para ingressar em uma garagem, obstando com isso sua trajetória. Alegou ainda que em razão disso freou a motocicleta, perdendo seu controle e caindo ao chão. Busca o ressarcimento dos danos materiais e dos lucros cessantes que teve em decorrência do episódio. Já a ré em contestação, da qual constou também pedido contraposto, atribuiu ao autor a responsabilidade pelo acidente. As testemunhas inquiridas não prestaram detalhes significativos sobre a dinâmica dos acontecimentos, tendo em vista que não presenciaram o momento exato em que tiveram vez. Pelo que se extrai dos autos, é incontroverso que a ré na ocasião em pauta trafegava por via pública local e iniciou manobra de conversão à esquerda para ingressar na garagem de sua residência. É incontroverso, que o réu dirigia uma motocicleta pela mesma via pública e no mesmo sentido da ré, vindo atrás dela, sucedendo o acidente quando ela fez a conversão à esquerda. A conjugação desses elementos é suficiente para estabelecer a culpa da ré pela ocorrência. Isso porque como ela então encetou conversão à esquerda, conclui-se que a situação posta é disciplinada pelos arts. 34, 35 e 38 do Código de Trânsito Brasileiro, que dispõem: *Art. 34. O condutor que queira executar uma manobra deverá certificar-se de que pode executá-la sem perigo para os demais usuários da via que o seguem, precedem ou vão cruzar com ele, considerando sua posição, sua direção e sua velocidade. Art. 35. Antes de iniciar*



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**

Rua Sorbone, 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260, São Carlos-SP - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

*qualquer manobra que implique um deslocamento lateral, o condutor deverá indicar seu propósito de forma clara e com a devida antecedência, por meio da luz indicadora de direção de seu veículo, ou fazendo gesto convencional de braço. Parágrafo único. Entende-se por deslocamento lateral a transposição de faixas, movimentos de conversão à direita, à esquerda e retornos. Art. 38. Antes de entrar à direita ou à esquerda, em outra via ou em lotes lindeiros, o condutor deverá: I – ao sair da via pelo lado direito, aproximar-se o máximo possível do bordo direito da pista e executar sua manobra no menor espaço possível; II- ao sair da via pelo lado esquerdo, aproximar-se o máximo possível de seu eixo ou da linha divisória da pista, quando houver, caso se trate de uma pista com circulação nos dois sentidos, ou do bordo esquerdo, tratando-se de uma pista de um só sentido".* É oportuno trazer à colação, outrossim, o magistério de **RUI STOCO** sobre esse tipo de manobra: *"Tenha-se em consideração que a conversão à esquerda, embora permitida, é manobra que exige extremo cuidado e atenção porque sempre encerra perigo, somente podendo ser realizada após verificação da corrente de tráfego no mesmo sentido e em sentido contrário, evitando interrompê-la"* ("Tratado de Responsabilidade Civil - Doutrina e Jurisprudência", Ed. Revista dos Tribunais, 8ª edição, p. 1644). Assentadas essas premissas, anoto que na espécie vertente mesmo que se admita que a ré tenha acionado a sinalização de seta indicativa da manobra que começou a fazer isso não afasta a convicção de que em assim obrando ela interceptou a trajetória da motocicleta. Positivou-se nos autos que a visibilidade do local dos fatos não era boa e que o veículo da ré possui película de proteção nos vidros, circunstâncias que podem ter dificultado a visibilidade da motocicleta. Todavia, elas impunham à ré maior cautela antes de realizar a conversão à esquerda. Quanto a velocidade da motocicleta, nenhum indício foi apresentado sobre ser excessiva, sendo que da mesma forma não se patenteou por dados minimamente concretos que o autor tivesse agido imperitamente. Fixa-se, assim, a culpa da ré pelo acidente porque como fez manobra de conversão deveria ter tido cuidado redobrado, especialmente para não dar margem a situação de risco aos que trafegavam pelo mesmo sentido de direção. Não foi o que aconteceu, porém, tanto que aconteceu o embate. Daí promana sua responsabilidade em ressarcir o autor pelos danos que sofreu na motocicleta que conduzia. Sobre o assunto, a ré não impugnou o valor postulado pelo autor, de sorte que sua condenação a repará-lo nesse montante é de rigor. Solução diversa apresenta-se ao pleito dos lucros cessantes porque o autor não demonstrou com a indispensável segurança que recebia a remuneração referente a taxa das entregas que realiza, bem como que deixou de recebê-la em determinado espaço de tempo. Em consequência, inexistente respaldo suficiente para a idéia de que por força da ocorrência o autor deixou de ganhar importâncias que configurariam os lucros cessantes postulados. Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação e **IMPROCEDENTE** o pedido contraposto para condenar a ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 2.101,01, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação e de juros de mora, contados da citação. Caso a ré não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC). Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95. *Publicada em audiência, dou por intimadas as partes. REGISTRE-SE". Saem intimados os presentes e cientes de que este termo será visualizado nos autos virtuais somente com a assinatura digital do MM Juiz, porquanto o impresso e assinado pela(s) parte(s), não será digitalizado para os autos, eis que ficará*



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL**

Rua Sorbone, 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260, São Carlos-SP - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

*arquivado em cartório, pelo prazo máximo de até 2 (dois) anos NADA MAIS.* E, para constar, lavrei o presente termo que vai devidamente assinado. Eu, Evandro Genaro Fusco, Escrevente Técnico Judiciário, digitei.

Requerente(s):

Adv. Requerente(s): Ivan Pinto de Campos Junior

Requerido(s):

Adv. Requeridos(s): Armando Bertini Junior

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À  
MARGEM DIREITA